

5

Algumas conclusões: percepções, territórios e perspectivas

Nosso objeto central de estudo neste trabalho é o chamado “Turismo de Favela”, que vem sendo praticado nas comunidades pobres do Rio de Janeiro nas últimas duas décadas. Para compreender esta nova forma de exploração do Turismo, nossa ênfase está colocada no bairro de Vila Canoa, localizado na zona sul da cidade. Por se tratar de uma comunidade relativamente pequena, com cerca de três mil moradores, onde o Turismo é explorado por apenas uma agência -a Favela Tour-, complementamos nossas pesquisas buscando um contraponto com a comunidade da Rocinha. Esta está localizada na mesma área da cidade, sendo cerca de 100 vezes mais populosa e, coincidentemente, o destino mais procurado para o Turismo de Favela na cidade do Rio de Janeiro. A principal razão pela escolha de Vila Canoa como objeto empírico de estudo decorreu da nossa participação na Oficina de Turismo realizada pelo Projeto Vila Canoa, do NIMA/PUC-Rio, no ano de 2005.

Os questionamentos centrais deste trabalho, apresentados na “Introdução”, podem ser resumidos por:

- Qual é o papel atual do Turismo de Favela nas comunidades pobres do Rio de Janeiro? e
- O Turismo de Favela apresenta um potencial para modificar positivamente as estruturas das comunidades visitadas?

Nossas hipóteses iniciais eram:

- Do ponto de vista econômico, o Turismo de Favela não vem contribuindo significativamente para o desenvolvimento das comunidades visitadas, ao explorar a pobreza como tema central de interesse dos visitantes, em benefício das agências de Turismo e seus empreendedores;
- O Turismo de Favela, se explorado de uma forma mais inclusiva, com a participação efetiva da comunidade na sua concepção e desenvolvimento, possui um potencial de transformação positiva na vida econômica da comunidade; Do ponto de vista social e identitário,
- O Turismo de Favela tem contribuído para aprofundar fissuras sociais existentes e para reforçar uma imagem desqualificadora das comunidades;

- O Turismo de Favela poderia contribuir para que as comunidades reforcem sua “identidade cultural”, através da valorização da sua história e do seu patrimônio cultural, resultando daí uma oportunidade de resignificação das suas pertencas que, como decorrência, poderia contribuir para melhorar a auto-estima dos moradores.

A partir dos questionamentos dos membros da comunidade, participantes da Oficina de Turismo em Vila Canoa, fomos levados a crer que este tipo de Turismo, da maneira que vem sendo explorado, tem acentuado os conflitos sociais existentes na própria comunidade, tais como: clivagens internas entre “estabelecidos” e “outsiders”; disputas de poder por acesso e uso de “territórios”, instituições e/ou relações sociais; clivagens de gênero, etc. Em base a isso, sentimos a necessidade de conhecer e compreender esta forma de Turismo, bem como o seu alcance e os seus limites sociais e econômicos para a vida das comunidades visitadas. Para tanto, realizamos um trabalho de observação de campo e entrevistas estruturadas, dirigidas a uma amostra selecionada de moradores das duas comunidades, em termos de gênero, faixa etária e envolvimento com esta atividade, que teve como preocupação central conhecer as suas percepções do Turismo de Favela.

5.1

Sumarizando as percepções dos moradores

Para resumirmos as percepções dos moradores de Vila Canoa sobre o Turismo de Favela, utilizando como contraponto a comunidade da Rocinha, nos baseamos em dois aspectos principais: o econômico e o das relações sociais.

Do ponto de vista econômico, podemos afirmar que tanto os moradores diretamente envolvidos com o Turismo de Favela, quanto os que não estão envolvidos, em ambas comunidades, compartilham a percepção de que esta atividade econômica é positiva para a comunidade, embora ela não venha criando oportunidades de geração de renda significativa ou gerando empregos para os membros da comunidade de forma sistemática. As razões para estes “limites”, no entanto, são compreendidas de formas diferentes pelos moradores das comunidades de Vila Canoa e Rocinha.

Em Vila Canoa, tanto para os moradores envolvidos, quanto para os não envolvidos com a exploração do Turismo na comunidade, estes “limites” têm a ver com a forma como este Turismo está organizado: “poderia ser melhor. Mais explorado. Porque a distância daqui da loja até o ponto onde eles passam deve dar uns vinte metros e eles não vêm até aqui” (Entrevistado 7, 41 anos, artesão. Vila Canoa, 21 de fevereiro de 2006); e com a distribuição desigual do benefício econômico gerado: “eu fiquei sabendo por

alto que eles deixam uma verba aqui na comunidade, eu não sei onde” (Entrevistado 9, 25 anos, artista plástico. Vila Canoa, 21 de fevereiro de 2006).

É importante notar que, para os moradores que estão envolvidos com a exploração do Turismo em Vila Canoa, esta atividade não é a principal fonte de renda das famílias: “eu vivo, também, do meu salário do INSS. É pouco o que eu vendo” (Entrevistada 8, 52 anos, bordadeira. Vila Canoa, 21 de fevereiro de 2006). Além disso, o controle desta atividade pela agência Favela Tour em parceria com a Ong, faz com que o retorno econômico da sua exploração não seja quase significativo para as famílias envolvidas: “a desvantagem é que o pessoal do Turismo vê só o lado deles, não vê o lado da comunidade” (Entrevistado 7, artesão. Vila Canoa, 21 de fevereiro de 2006); “As vantagens são poucas e para poucas pessoas. Para pessoas que trabalham com comércio, que eles selecionam (...) não estão dando oportunidades para pessoas da própria comunidade” (Entrevistado 20, 18 anos, morador. Vila Canoa, 21 de fevereiro de 2006).

Na comunidade da Rocinha, no entanto, esta é a única fonte de renda familiar para a maioria dos moradores envolvidos com a exploração do Turismo: “eu só trabalho com arte (...) Para mim o Turismo é tudo” (Entrevistado 6, artista plástico. Rocinha, 14 de fevereiro de 2006). Isso faz com que a percepção dos “limites” do Turismo de Favela, do ponto de vista econômico seja outra. Na Rocinha, o “limite” tem a ver com o controle de outras formas de poder instaladas na comunidade, cerceando o pleno desenvolvimento do Turismo: “o ruim é que os bandidos não deixam tirar fotos (...) Eles podiam tirar mais fotos” (Entrevistado 19, 11 anos, morador. Rocinha, 15 de fevereiro de 2006); ou exatamente o seu inverso, a ausência de controle do Turismo de Favela pelos “poderosos” da própria comunidade: “se essas agências quiserem entrar aqui, vão ter que pagar. Elas não pagam para conhecer o Corcovado?” (Liderança comunitária da Rocinha. 1 de fevereiro de 2006).

Do ponto de vista das relações sociais, na comunidade de Vila Canoa, dados os questionamentos desenvolvidos pela mesma no contexto do Projeto Vila Canoa; as relações de clientelismo e paternalismo pré-existentes entre a comunidade e a Ong, ou mesmo a combinação de ambos, não se pode afirmar que exista uma percepção compartilhada pela comunidade sobre o Turismo de Favela. Sem que se possa traçar uma linha divisória entre as percepções dos moradores envolvidos, ou não, com o Turismo de Favela, para alguns moradores de Vila Canoa este é invasivo: “tem certos lugares que eu vejo que [os turistas] enfiam a cabeça na janela dos outros” (Entrevistado 9, artista plástico. Vila Canoa, 21 de fevereiro de 2006) e desqualificador: “você é favelado e eu vim aqui para te assistir” (Entrevistada 5, moradora. Vila Canoa, janeiro de 2006).

Por outro lado, há aqueles que percebem este Turismo como potencialmente filantrópico: “[os turistas] gostam das crianças e, às vezes, eles dão presentinhos. Eles são maravilhosos” (Entrevistada 8, 52 anos, bordadeira. Vila Canoa, 21 de fevereiro de 2006) e conciliador: “para mim, eles são ótimos (...) Eu adoro turista” (Entrevistado 15, 37 anos, morador. Vila Canoa, 21 de fevereiro de 2006); “eles gostam muito da gente” (Entrevistada 1, 11 anos, moradora. Vila Canoa, 23 de fevereiro de 2006).

É importante ressaltar a posição de subalternidade social aceita na percepção destes últimos, principalmente se mantivermos em mente as relações sociais entre ricos e pobres historicamente vivenciadas pela comunidade de Vila Canoa.

A exemplo do que ocorre em Vila Canoa, não se pode generalizar em termos da percepção do Turismo de Favela pelos moradores da comunidade da Rocinha do ponto de vista das relações sociais. Aí estão presentes os mesmos conteúdos de resistência [contida nas percepções de invasão e desqualificação] e negociação [contida em filantropia e conciliação], independentemente da participação do morador na exploração do Turismo no local. Cabe ressaltar, no entanto, que as falas de resistência na Rocinha são bastante mais profundas e contundentes que em Vila Canoa, apontando para os sentimentos de vergonha e desrespeito: “eu penso que é uma vergonha. Vêm, visitam e se deixam levar pelos guias que têm aqui. Os guias falam e fazem o que querem” (Entrevistada 14, 46 anos, artesã. Rocinha, 14 de fevereiro de 2006); “os guias têm que ter mais cautela. Ter respeito pelo trabalho dos outros” (Entrevistado 6, morador. Rocinha, 14 de fevereiro de 2006).

Um outro dado que chama a atenção do ponto de vista das relações sociais e seus agentes, é que na Rocinha a agência de Turismo é reconhecida através dos seus guias, que passam a serem vistos pela comunidade como os principais “responsáveis” pelos eventuais desrespeitos vividos. Cabe ressaltar aqui que, algumas vezes, estes são membros da própria comunidade. Em Vila Canoa, posto que as relações da comunidade com o Turismo no local se dão através do dono da agência ou da sua instituição parceira, a Ong, o agente social percebido pela comunidade com desqualificar e invasivo é principalmente o turista.

5.2

A laje: encontro ou estranhamento?

A “laje”, um espaço que vem se incorporando ao Turismo de Favela, desponta como uma das mais importantes atrações turísticas nas comunidades pobres visitadas. Historicamente caracterizada por ser um espaço social por excelência, a “laje” é o local aonde tradicionalmente ocorrem boa parte dos

maiores “encontros” da comunidade. Há pelo menos quatro décadas, desde que as comunidades pobres da cidade do Rio de Janeiro passaram a ser construídas em alvenaria de tijolo e cimento, a “laje” vem se definindo como uma nova forma de espaço social no espaço urbano a partir dos seus múltiplos usos.

“Bater a laje”, ou seja, construir a laje de cobertura de uma residência, utilizando mão-de-obra voluntária e cooperativa sob a forma de mutirão, é uma atividade comunitária muito comum nos bairros pobres da cidade do Rio de Janeiro. Desde a sua construção, a “laje” convoca, reúne, socializa e congrega. É nela que ocorrem os muitos “churrasquinhos da laje”, para celebrar as datas e os eventos importantes para a vida das famílias e da comunidade. É nela também que a arquitetura da comunidade abre espaço para que se lavam e seque as roupas de várias famílias, para que os filhos de muitos lares brinquem e cresçam juntos e para que os representantes dos grupos armados com domínio de território observem e controlem a movimentação das pessoas da comunidade ou de fora dela. Neste sentido a “laje” é praça, pátio, quintal e guarita. Nela se encontram as mulheres, as crianças, os militantes e os milicianos, não necessariamente todos na mesma hora e lugar. Seja por “turnos”, ou qualquer outra forma de compartilhamento do espaço, a “laje” é quase sempre um ponto de “encontro” dos membros das muitas redes sociais (Fonseca, 2005) que co-habitam na comunidade.

Mas os “encontros” que ocorrem na “laje” não são apenas um compartilhamento de espaço, como os exemplos acima poderiam sugerir. As “lajes” são também pontos de convergência das “redes familiares; geográficas ou de vizinhança, ou de interesses compartilhados” (Fonseca, 2005). Elas são verdadeiros “focos” da comunidade, um local para discutir e dar vida a percepções éticas, estéticas ou políticas. É da “laje” o famoso “bronze” acompanhado de cabelos descolorados, que com clareza afirmam valores estéticos e pertencas. É muitas vezes nela também que se reúnem os membros de “redes” musicais e artísticas para inovar ritmos e gêneros, ou simplesmente reafirmar aqueles que já são consagrados, e tantos outros exemplos de construções sociais que ocorrem nos espaços públicos das comunidades. Neste sentido, a “laje” é fórum, passarela, sala e palco: um lócus do qual emana a “identidade cultural” (Fonseca, 2005) da comunidade. Por tudo isso, pensamos poder afirmar que a “laje” é paradigma do “território cultural” (Haesbaert, 2004) que constitui a comunidade e que a utilização da “laje” como destino turístico vem re-significando este espaço, ao consolidar a sua importância socio-cultural para a comunidade. Para começarmos a entender este espaço enquanto uma “esfera social” (Arendt, 2005), examinemos cada um dos seus elementos constitutivos.

Do ponto de vista geográfico, a “laje” possui duas características básicas:

a “abertura” e o “visual”, sendo este último um termo utilizado pela própria comunidade. No que se refere ao Turismo de Favela, a “laje turística” vem ganhando destaque entre os visitantes, pois sua localização oferece a possibilidade de apreciar “a melhor vista” entre todos os outros pontos da comunidade. No entanto, cabe ressaltar que “a melhor vista” não se trata apenas de um acesso à beleza cênica, natural ou arquitetônica, da cidade do Rio de Janeiro, perfeitamente apreciáveis dos muitos outros mirantes turísticos que existem na cidade. Estar na “laje” é ter acesso ao “visual” do conjunto da comunidade, de um ponto de vista que mescla os sentimentos de “inserção” e “controle” característicos da “laje”, como discutido anteriormente.

Desta maneira, estar na “laje” é vivido pelo turista como estar “dentro” ou estar “em controle” da comunidade, derivando daí o seu “prazer”. Nosso trabalho de observação de grupos de turistas em visitas nas “lajes” nos permitiu registrar situações nas quais estes sentimentos ficaram claros através das atitudes dos visitantes, como a seguinte:

[Os turistas] chegaram à laje e cumprimentaram o Sr. Carlinhos (...). Logo após dois turistas **sentaram e beberam** cerveja, que foram vendidas pelo proprietário da laje. Bem extrovertido, o grupo faz pose para tirar fotos e [alguns] **sobem em cima da mesa para serem fotografados** (Caderno de campo, laje do Sr. Carlinhos. Rocinha, 07 de fevereiro de 2006).

Sentar-se para tomar uma cerveja é um gesto de descontração próprio de situações socialmente cômodas e relaxadas. No imaginário social carioca, “tomar uma cerveja juntos” significa compartilhar entre pares, estar entre amigos, sendo passível de ser entendido como sinônimo de “inserção” e pertença. Curiosamente, isto é justamente o oposto das relações sociais que ocorrem entre turistas e moradores, como já vimos. Por outro lado, subir nas mesas para se fazer fotografar é um gesto claro de prepotência, que dificilmente ocorreria “na casa de amigos” ou entre pares, ou seja, o imaginário que se revela com este gesto é o de dominação e controle. Neste sentido, a “laje”, sociologicamente falando, é ao mesmo tempo um espaço de “encontro” e de “estranhamento” entre os membros da comunidade entre si e destes com os turistas visitantes.

Do ponto de vista econômico, a utilização turística da “laje” vem funcionando como uma oportunidade de geração de renda para os seus proprietários e associados. O aluguel da “laje” para o uso das agências de Turismo Receptivo, embora limitado, tanto do ponto de vista dos seus proprietários, quanto do ponto de vista das agências que a ela têm acesso, abre a possibilidade de outros ingressos para alguns membros da comunidade, que são mais relevantes

que o próprio aluguel recebido, tais como: a venda de bebidas, a realização de festas ou a apresentação de pequenos “espetáculos” artísticos ou de vida cotidiana:

... um turista tem sua atenção desviada assim que o casal de crianças o chama e mostra que sambam e lutam capoeira. O mesmo turista pede para que façam pose para que ele possa tirar fotografias (Caderno de campo, laje do Sr. Fernando. Rocinha, 13 de fevereiro de 2006).

Por ser atraente do ponto de vista econômico, é de se perguntar porque existem tão poucas “lajes turísticas” em uma comunidade como a da Rocinha, que possui tantas “lajes” à disposição. Seria importante compreender porque tão poucos moradores podem dizer como o proprietário da laje: “**tenho** uma laje que os turistas vêm para fazer visitas, tiram fotos e filmam” (Entrevistado 10, 55 anos, morador da Rocinha, 14 de fevereiro de 2006).

“Ter” a laje não significa necessariamente poder explorá-la com o Turismo e, embora nosso trabalho de observação não nos tenha permitido presenciar situações que respondessem a esta indagação, estamos convencidos de que “ter” e “poder” estão intimamente articulados nas relações cotidianas da comunidade. Em outras palavras, podemos assumir que a geração de emprego e renda na comunidade, através do Turismo de Favela, além de se estabelecer na relação entre os moradores e os turistas e agências, é igualmente regulada e controlada pelas diferentes instâncias de poder estabelecidas no interior das próprias comunidades. Isso nos permite supor que a “laje” é um espaço que encerra uma importância social ainda muito mais complexa do que imaginamos inicialmente. Posto que ela reúne as funções de “praça” e “guarita”, como vimos anteriormente, no imaginário local a “laje” está associada à esfera pública e ao exercício do poder que emana dos grupos armados com domínio de território. Desta maneira, “ter” e manter uma “laje turística” constitui uma evidência de “poder” dentro da comunidade. Além disso, a partir da “laje” também se podem exercer outras formas de controle cotidiano, mais sutis, porém não menos relevantes.

Por ser composta por becos e vielas, as comunidades pobres não dispõem de muitos locais cujo “visual” seja abrangente, aprazível ou particularmente belo. A “laje” é uma exceção: um lugar privilegiado. Dela se pode ver a comunidade inteira, a vista bonita da cidade, mas também se vê a casa do vizinho, os veículos nas ruas, as principais avenidas do entorno, em resumo: o conjunto e os detalhes.

Fisicamente falando, as “lajes” da comunidade são comparáveis. Na maioria, elas estão ocupadas por caixas d’água ou varais, algumas com tanques,

outras com piscinas plásticas e há aquelas que possuem churrasqueiras. Algumas são cobertas, outras não têm cobertura e quase todas mantêm o piso de cimento sem revestimentos.

A “laje turística”, no entanto, é bastante mais aparelhada. A “laje” do Sr. Carlinhos, por exemplo, está construída com uma parte coberta e outra aberta e tem aproximadamente 50 m² de área livre. Ela dispõe de um parapeito de cimento e instalações de banheiro e pia, tendo o piso revestido de material cerâmico. Em termos de equipamentos, ela dispõe de conjuntos de mesas com cadeiras para a comodidade dos visitantes e um de freezer para a guarda das bebidas a serem comercializadas.

Quando chegam à “laje” e tomam contato com o “visual” que esta oferece, os turistas expressam principalmente “assombro”, decorrente do tamanho e da estrutura da ocupação urbana da comunidade da Rocinha. A constatação deste “assombro” confirma as nossas hipóteses sobre os principais elementos de interesse para o Turismo de Favela na cidade do Rio de Janeiro: pobreza, violência, abandono do Estado e valores éticos da comunidade.

Debruçados sobre o parapeito, fotografando avidamente o entorno ou questionando o guia sobre os temas relativos exatamente a estes quatro elementos anteriormente citados, os turistas não fazem qualquer esforço de aproximação, ou interação, com o proprietário da “laje”, ou com outros membros da comunidade que possam estar ali presentes.

Embora a “laje” seja o *locus* de “encontro” para os moradores da comunidade, como vimos anteriormente, nossas observações de campo nos permitem afirmar que o tipo de contato que ocorre entre turistas e moradores, por ocasião da visita à “laje”, não se trata absolutamente de uma convergência de interesses ou troca de valores de qualquer ordem, a exemplo do “encontro” de moradores que a “laje” propicia. Além dos cumprimentos formais do momento da chegada, o proprietário da “laje” somente é procurado pelos turistas para servir as bebidas que estes desejam consumir. Durante as visitas, “em nenhum momento é percebida a vontade de se comunicar com proprietário de laje, a não ser para comprar água” (Caderno de campo, laje do Sr. Carlinhos. Rocinha, 08 de fevereiro de 2006). Desta maneira, acreditamos que as relações sociais que se estabelecem entre os moradores e os turistas na “laje” confirmam a hipótese do “estranhamento” entre os mesmos no contexto do Turismo de Favela.

A permanência dos turistas na “laje” varia entre dez e vinte minutos, durante os quais o silêncio entre os agentes sociais é muito comum e a melhor expressão deste “estranhamento”. Como já foi discutido anteriormente, o turista chega em busca de ver um cenário que lhe foi descrito previamente

pelas agências de Turismo e pelos meios de comunicação. O medo se confunde com a curiosidade e muitas vezes os turistas “não conversam nem entre eles. Os olhares são de desconfiança” (Caderno de campo, laje do Sr. Carlinhos. Rocinha, 10 de fevereiro de 2006).

Curiosamente, não obstante o óbvio “estranhamento”, o interesse dos turistas é interpretado pelos moradores como uma percepção inofensiva, ou como uma expectativa de confirmação que não ofende: “eu acho que eles têm **uma imagem da Rocinha diferente**. Eles estão preocupados se aqui tem tiro ou não tem” (Entrevistado 10, 55 anos, morador da Rocinha, 14 de fevereiro de 2006). O que está por trás desta aparente “pouca importância” dada pelos moradores à preconceituosa e evidente percepção do turista, no nosso entender, é a aspiração que os membros da comunidade nutrem de poder “transformar” a mesma a partir da visita: o desejo de criar uma “outra imagem”.

Uma “imagem diferente” pode ser entendida como uma “representação” que difere daquilo que é “real”, apontando para a distância que pode existir entre percepção e realidade. Porém, uma “imagem diferente” pode ser também entendida como uma “outra imagem”, não necessariamente “real”, ainda que desejável, que algum agente social deseja construir, ou fazer crer. No nosso entender, este seria o cerne da principal aspiração dos membros das comunidades visitadas pelos pacotes de Turismo de Favela, ou seja: o desejo de dar nascimento a uma “imagem diferente”, ou seja, a uma “outra imagem” do seu “território cultural”, do qual a “laje” é, como assumimos, um paradigma.

Esta “imagem diferente” ou “outra imagem” buscada pela comunidade, carrega em si um potencial transformador, a partir do que Hannah Arendt (2005) chamaria de “natalidade”. Segundo a filósofa, a “natalidade” encerra a possibilidade de gerar “ação”, neste caso: transformação. Para Arendt, “o novo começo inerente a cada nascimento pode fazer-se sentir no mundo somente porque o recém-chegado possui a capacidade de iniciar **algo novo**, isto é, de agir” (Arendt, 2005, 17). [Grifo nosso].

No nosso entender, se fossem encontrados mecanismos de aproximação e compreensão pelos turistas visitantes das históricas relações de “encontro” que a “laje” representa para a comunidade, estes mesmos mecanismos poderiam funcionar como “novos” instrumentos para vencer o “estranhamento”.

E se fosse levada em consideração, pelos agentes sociais do Turismo de Favela, esta aspiração da comunidade, uma “outra imagem” poderia ser construída a partir do “encontro” na “laje”, que ocorreria entre turistas e moradores. Neste caso, potencialmente “algo novo” em relações sociais estaria nascendo.

5.2.1 Perspectivas

Como se pôde sentir no desenvolvimento deste trabalho, estudar o Turismo de Favela implica, necessariamente, aproximar-se de categorias teóricas construídas pelas Ciências Sociais, posto que os aspectos relativos às relações sociais que esta atividade envolve são tão, ou mais, relevantes que os seus aspectos econômicos propriamente ditos.

Selecionar, discutir e apropriar algumas destas categorias foi o esforço que fizemos no capítulo intitulado “Turismo, desenvolvimento e inclusão social”. Nele buscamos discutir principalmente as idéias de “identidade cultural” e “desenvolvimento sustentável”, constructos teórico-políticos relativamente recentes das Ciências Sociais, à luz dos interesses deste trabalho. Além disso, mantivemos os nossos olhos postos na perspectiva de desenvolvimento de um Turismo Receptivo que seja verdadeiramente inclusivo, dos pontos de vista social e econômico, das populações visitadas. Em poucas palavras, um Turismo que contribua para o desenvolvimento local sustentável das comunidades pobres da cidade do Rio de Janeiro.

Posto que entendemos estas comunidades como sendo “territórios culturais” no interior das cidades, buscamos também “re-conhecer” dentro delas os espaços geográficos que funcionam com seus paradigmas. Foi neste contexto que “des-cobrimos” a “laje”, uma espécie de fusão entre “casa” e “rua” (Da-Matta, 1985) ou mescla das “esferas pública e privada” (Arendt, 2005), que ao propiciar muitos dos “encontros” intra-comunitários, serve como base geográfica da “esfera social” da comunidade. Fica como proposta a construção de uma “esfera social” nova, a partir dos “encontros” que se puderem propiciar na “laje” entre turistas e moradores, no contexto de um renovado Turismo Receptivo nas comunidades pobres da cidade.

No entanto, a construção desta “novidade” social, de acordo com as premissas do Projeto Vila Canoa, do qual participamos e com as quais concordamos, depende de um “re-conhecimento” destas comunidades, a partir da reconstrução, re-significação e apropriação da sua história, da sua memória e dos seus valores éticos, estéticos e políticos pelos seus próprios membros.

No capítulo intitulado “Vila Canoa e Turismo de Favela” fizemos um esforço de demonstração deste tipo de reconstrução histórica, baseado nos trabalhos desenvolvidos pelas oficinas do Projeto Vila Canoa. Nele também estão reproduzidos os mapas geográficos da região, que documentam a sua rápida ocupação pela comunidade, ocorrida entre as décadas de 1960 e 1990. Esta reconstrução histórico-geográfica da comunidade de Vila Canoa nos permitiu discutir a idéia de “identidade cultural” –e como decorrência dela,

“território cultural” - , que é central para este trabalho, a partir da constatação da co-existência na comunidade de dois tipos de identidades: a “identidade legitimadora” (Castells, 1999), prerrogativa dos moradores “estabelecidos” (Elias e Scotson, 2000) na “muralha”, antigos ex-funcionários do Clube Gávea Golf, e a “identidade de resistência”, construída pelos “outsiders” novos moradores da “favelinha”, estigmatizados como “favelados” pelos primeiros.

No capítulo intitulado “Turismo de Favela em Vila Canoa e Rocinha: uma aproximação”, nosso esforço foi o de apresentar as diferentes percepções do Turismo de Favela, através de depoimentos dos três agentes sociais envolvidos nesta atividade: o morador, o turista e as agências de Turismo. Posto que o morador é o agente social que mais nos interessa para efeito deste trabalho, dividimos o nosso estudo entre “envolvido e não envolvido” com a exploração do Turismo de Favela, sem que se pudessem registrar significativas percepções diferenciadas por este critério.

De uma forma geral os moradores entrevistados em ambas comunidades utilizaram a oportunidade da entrevista para um “desabafo”, expressando dúvidas, ansiedades e insatisfações quanto ao Turismo de Favela. Apesar da aprovação geral do Turismo de Favela pelas comunidades estudadas, pudemos perceber as seguintes áreas de tensão:

Em Vila Canoa, o cerne da inconformidade dos moradores da “favelinha” está na sua limitada participação na exploração do Turismo de Favela na comunidade. Os moradores da “muralha” simplesmente ignoram o tema do Turismo na comunidade. A revolta que envolve os primeiros se fundamenta na concentração do Turismo local nas mãos da agência Favela Tour, em parceria com a Ong, ignorando a maioria dos moradores da comunidade e selecionando aqueles que, por lealdade, são modestamente beneficiados pelo Turismo explorado no local.

Na comunidade da Rocinha há duas questões em pauta, no que se refere ao Turismo de Favela. A primeira diz respeito ao retorno econômico que esta forma de Turismo deixa, sendo bastante desigual entre a comunidade e as agências e muito limitado para a primeira. O segundo se refere à aspiração dos moradores de construir uma “outra imagem” da comunidade da Rocinha para os visitantes, um desejo que encontra poucas oportunidades de realização no atual contexto de Turismo de Favela.

Por todas estas observações, acreditamos que o Turismo de Favela que atualmente vem sendo desenvolvido necessita passar por um processo de mudanças em relação às suas práticas e conteúdos. Estamos convencidos de que um Turismo Receptivo, que venha a ser realizado em comunidades pobres da cidade em base a “outros” valores e critérios, pode contribuir para o

desenvolvimento local sustentável das comunidades visitadas. Cabe ressaltar que nossa concepção de “desenvolvimento sustentável” se apóia na premissa da apropriação do “patrimônio cultural imaterial” comunitário pelos seus membros para dele extrair os conteúdos a serem explorados economicamente, em benefício principalmente da própria comunidade (Fonseca, 2005). Isso equivale a dizer que, estamos convencidos de que o chamado “Turismo de Favela” tem a potencialidade de fortalecer a auto-estima dos moradores, contribuindo com a construção de uma “identidade cultura” positiva nas comunidades visitadas.